



Número: **0800137-21.2017.8.15.0531**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **18/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR (AUTOR)	JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO) MAYARA MONIQUE PEREIRA QUEIROGA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8535330	03/07/2017 14:40	Petição Inicial	Petição Inicial
8535359	03/07/2017 14:40	1 Processo Administrativo1	Documento de Comprovação
8535370	03/07/2017 14:40	2 procuração geraldo	Procuração
8535382	03/07/2017 14:40	3 Declaração de Pobreza, Documentos Pessoais e Comprovante de Residência1	Documento de Comprovação
8535390	03/07/2017 14:40	4 Documentos do Veículo	Documento de Comprovação
8535407	03/07/2017 14:40	5 Boletim de Ocorrência1	Documento de Comprovação
8535448	03/07/2017 14:40	6 Documentos Médicos1	Documento de Comprovação
8797980	20/07/2017 08:04	Despacho	Despacho
12124817	17/01/2018 09:28	Expediente	Expediente
12548669	15/02/2018 09:44	Emenda a Exordial	Petição
19841096	18/03/2019 15:23	Despacho	Despacho
25465427	21/10/2019 11:05	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
25465434	21/10/2019 11:06	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MALTA – PB.

GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no RG sob o nº 3.918.658 – SSDS/PB e no CPF sob o nº 093.476.494-81, residente e domiciliado à Rua José Machado de Oliveira, 15, Centro, cidade de Condado na Paraíba, por meio de seu procurador e advogado que esta subscreve, ***Bel. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984***, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

DO SEGURO DPVAT

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

1. DOS FATOS

O promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 18 de Agosto de 2016, conforme consta no Boletim de Ocorrência em anexo.

Do malsinado acidente o promovente sofreu POLITRAUMATISMO, COM TRAUMA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, SOBRETUDO NA COXA, TRAUMA DE ABDÔMEN E ESCORIAÇÕES AO LONGO DO CORPO, tendo o promovente sido submetido ao procedimento conservador, e, mesmo após o tratamento, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, em detrimento das fortes dores sofridas, falta de ar, cansaço, limitação na movimentação do tronco, dormência, bloqueio e rigidez nas articulações da perna esquerda o que tem gerado dificuldade para deambular, agachar, executar atividades que exijam esforço físico, além de limitação na amplitude do movimento do referido membro.



Logo, conforme Laudo Médico acostado aos autos, a promovente sofreu lesões de caráter grave, **debilidade permanente do membro inferior direito e trauma de abdômen**, fazendo jus à indenização em seu grau máximo, que corresponde à importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP em anexo.

-

Acontece Excelência, que a vítima pleiteou o pagamento da indenização por via administrativa. Esclarece-se que toda a documentação exigida foi enviada, sendo que gerado o número de **SINISTRO 3160644216**, restando somente o agendamento da perícia médica ou o próprio pagamento da indenização. Todavia, a Seguradora Singular alegou que havia pendências documentais que deveriam ser sanadas, quais sejam: procuração e declaração do proprietário. A procuração se encontra em anexo, mas a declaração do proprietário não, pois não é possível fazer uma declaração do proprietário do veículo, uma vez que não se sabe o paradeiro do mesmo.

Diante de destes motivos, o Promovente vem buscar o judiciário para ver acolhida sua pretensão.

-

2. DO DIREITO

I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez permanente, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, *in verbis*:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito a promovente.



Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo pois ser feito justiça, condenando-se a empresa promovida ao pagamento do valor devido.

As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do IML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA** - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015). (Grifei)

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA** - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (Grifei)

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA A PEÇA EXORDIAL É SUFICIENTE PARA AFASTAR A INÉPCIA DA INICIAL.** SENTENÇA CASSADA. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. APELO PROVIDO. (TJPR - 10ª C. Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL:



II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo"**.

Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do **TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:**

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - DATA DO SINISTRO - A correção monetária, nos casos de pagamento de indenização do seguro DPVAT, incide a partir da data do sinistro. (TJ-MG - AC: 10702100413476001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 05/06/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/06/2014)

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

3. DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) a **citação promovida** no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão.

b) seja a ação **julgada procedente**, para condenar a promovida ao pagamento da indenização em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora e correção monetária.



c) a **inversão do ônus da prova**, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;

d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios e demais emolumentos legais.

Requer que seja dispensada a designação da audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Pombal – PB, 27 de Junho de 2017.

Bel. JAQUES RAMOS WANDERLEY

- OAB/PB 11.984 –

Bel. MAYARA QUEIROGA WANDERLEY

- OAB/PB 18.791-







(1)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160644216 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO**BENEFICIÁRIO** GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR**CPF/CNPJ:** 09347649481**Posição em 03-11-2016 16:26:40**

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Declaração do Proprietário do Veículo	Vítima	Pendente	
Procuração	Beneficiário	Não Conforme	JAQUES RAMOS WANDERLEY

ACESSIBILIDADE

</Pages/Acessibilidade.aspx></Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicinas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicinas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documento Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

w.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

1/1



Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 03/07/2017 14:36:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17070314290873600000008356891>

Número do documento: 17070314290873600000008356891

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:	<u>GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR</u> , brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no RG sob o nº 3.918.658 - SSDS/PB e no CPF sob o nº 093.476.494-81, residente e domiciliado à Rua José Machado de Oliveira, 15, Centro, cidade de Condado na Paraíba.
OUTORGADO:	<u>Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY</u> , brasileiro, casado, advogado OAB/PB 11.984, RG 2428326 SSP/PB, CPF nº 032.976.134-08; <u>Dr^a. MAYARA QUEIROGA WANDERLEY</u> , brasileira, casada, advogada, OAB/PB nº 18.791, RG 3141039, SSP/PB, CPF nº 059.842.772-09, ambos com escritório profissional a rua Francisco Almeida, nº 219, centro CEP: 58.840-000, Pombal - PB. Tele-fax: (83) 3431-1825 / Cel. (83) 9 9974-6390 (TIM) e (83) 9 8164-0979 (VIVO)

PODERES:

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) outorgante acima qualificado(a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia - Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula "ad judicium", mais os poderes especiais de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, acordar, discordar, arguir suspeições, excepcionar, prestar caução, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15) e finalmente praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme e valioso.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser subestabelecidos.

Pombal - PB, 27 de Junho de 2017.

Geraldo Francisco Sales Júnior

Outorgante



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR, brasileiro,
solteiro, comerciante, inscrito no RG nº 3.918.658-SSDs/PB
e no CPF nº 093.476.494-81, residente e domiciliado à Rua
Jose Machado de Oliveira, nº 15, Centro, Condado - PB,
desejando obter os benefícios da “Justiça Gratuita”, declara, sob as penas da lei, que
não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do
sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro
de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedora das sanções civis, administrativas e
criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

POMBAL, Paraíba, 24 de SETEMBRO de 2016.

+ Geraldo Francisco Sales Junior
- DECLARANTE -



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.918.658 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/10/2010

NOME GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR

FILIAÇÃO GERALDO FRANCISCO SALES
MARIA LEÂNIA DOS SANTOS SALES

NATURALIDADE POMBAL-PB DATA DE NASCIMENTO 16/01/1996

DOC. CIVIL N. 7010 FLS. 143 LIV. A-8

CARTORIO CONDADO-PB

CPF

João Pessoa - PB

16/01/1996

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-239

Assinatura do titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

ABR/2008

CORREIOS

www.correios.com.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

093.476.494-81

NOME GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR

Nascimento 16/01/1996

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITABILIDADE

CARTEIRA NACIONAL DE HABITABILIDADE

NOME GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF 3918658 SSDS PB

CPF 093.476.494-81 DATA NASCIMENTO 16/01/1996

FILIAÇÃO GERALDO FRANCISCO SALES
MARIA LEÂNIA DOS SANTOS SALES

PERMISSÃO ACC CATIA

PERMISSÃO AS

Nº REGISTRO 06451012419 VALIDADE 31/08/2016 1ª HABITAÇÃO 01/09/2015

OBSERVAÇÕES

EXERCE ATIV REMUNERADA;

Assinatura do portador

LOCAL PATOS, PB DATA EMISSÃO 01/09/2015

91519751214
PB029943914

DETRAN-PB (PARAÍBA)



MARIA LANNIA DOS SANTOS SALES
RUA JOSE MACHADO DE OLIVEIRA, 15 - CENTRO
CONDADO / PB CEP: 58714000 (AG 116)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO
Roteiro 12 - 127 - 750 - 3700
Nº medidor: 00008204747

Referência Ago / 2016
Emissão 22/08/2016

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 53071-080
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc Est 15.015.803-11
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 0001641402
Código para Débito Automático: 00001316998

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/131569-6**

Canal de contato

Ago / 2016

Apresentação

22/08/2016

Data prevista da próxima leitura

22/09/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

20123400
Insc. Est:

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 17/08/2016 PAGAS
OBRIGADO!

	Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
	Data 21/07/16 Leitura 7794	Data 22/08/16 Leitura 7818	1	134	32

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	1,144 33	4,33
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70	1,241 34	17,35
Consumo - 101 a 220 kWh-BR	34	1,371 11	12,84
Subsídio			21,71
ICMS			21,34
PIS			0,30
COFINS			1,37
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			11,50
CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA			-21,71
Devolução Subsídio			

Histórico de Consumo (kWh)

Jul/16	103
Jun/16	44
Mai/16	86
Abr/16	63
Mar/16	15
Fev/16	94
Jan/16	128
Dez/16	82
Nov/16	76
Out/16	81
Set/16	97
Ago/16	83

Média dos últimos meses
80 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR (R\$)
ICMS	79,04	27,00	21,34
PIS	79,04	0,3786	0,30
COFINS	79,04	1,7383	1,37

VENCIMENTO
29/08/2016

TOTAL A PAGAR
R\$ 68,83

2ba7.255a.8d25.3f2a.8a18.c2b7.bddc.3d1f.

Indicadores de Qualidade
6/2016 - Maio

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC-MENSAL	7,70	0,00	NOMINAL 220
DIC-TRIMESTRAL	15,32		
DIC-ANUAL	30,65	0,00	CONTRATADA 202
FIC-MENSAL	3,80		LIMITE INFERIOR 231
FIC-TRIMESTRAL	7,22		
FIC-ANUAL	14,45	0,00	
DMIC	4,31		
DICRI	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energia	15,88	15,42
Compra de Energia	16,87	24,15
Serviço de Transmissão	1,00	1,45
Encargos Setoriais	4,02	5,84
Impostos Diretos e Encargos	34,51	50,14
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	68,83	100,00

Valor do EUSD (Ref 6/2016 -) R\$ - 10

ATENÇÃO

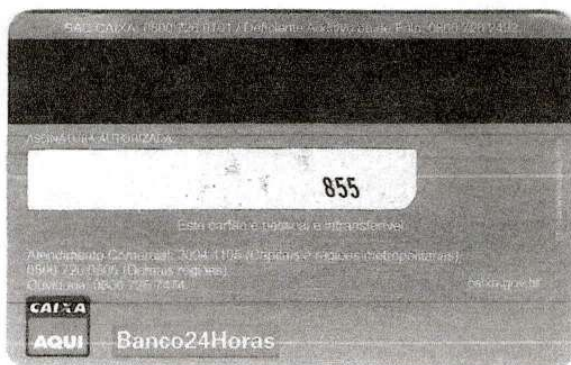
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$21,71
- Leitura confirmada



Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 03/07/2017 14:36:25

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17070314301140400000008356914

Número do documento: 17070314301140400000008356914



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

L DETRAN - PB Nº 012183198437
A CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
C VIA Cód. RENAVAM R.N.T.R.C. EXERCÍCIO
R 1 01022927776 2015
R

NOME
GERLANDIA PEREIRA GUEDES
CPF / CNPJ 10104642483 PLACA QFC8710
PLACA ANT. / UF NOVO/PB CHASSI 9C2JC4820FR511549

ESPECIE TIPO COMBUSTIVEL
PAS/MOTONETA/NAO APLIC ALCO/GASOL
MARCA / MODELO ANO FAB. ANO MOD.
HONDA/BIZ 125 ES 2014 2015
CAP / POT / CIL CATEGORIA COR PREDOMINANTE
2 P/124 /CII PARTIC PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS
I IPVA PAGO EM 21/09/2015 1ª *****
P FADCA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS 2ª *****
V ***** 3ª *****
A

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 21/09/2015

OBSERVAÇÕES
A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

LOCAL DATA
CONDADO-PB 23/09/2015
6947 206522

Anisau Chaves Sousa
Escr. Sup. Gerência - L&L-PA-16

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012183198437 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2015 23/09/2015
VIA CPF / CNPJ PLACA
1 10104642483 QFC8710
RENAVAM MARCA / MODELO
01022927776 HONDA/BIZ 125 ES
ANO FAB. CAT. TARIF. Nº CHASSI
2014 9 9C2JC4820FR511549

PRÊMIO TARIFÁRIO
FNS (R\$) DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)
CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)
PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO
☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 08.248.608/0001-04
www.seguradoralider.com.br





C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que, encontra-se registrada nesta Delegacia, a **Ocorrência nº 033/2016**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Ao(s) **VINTE E CINCO** dia(s) do mês de **AGOSTO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS**, nesta cidade de Condado/PB, no Cartório desta Delegacia Distrital, onde presente estava a Autoridade Policial, **JOSÉ EDSON PEDROZA MONTEIRO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado. Ai, por volta das **11h16min** compareceu: **GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR**, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 16/01/1996, com 20 anos, natural de Pombal/PB, filho de GERALDO FRANCISCO SALES e de MARIA LAENNIA DOS SANTOS SALES, residente na rua José Machado de Oliveira, nº 15, Centro, Condado/PB, Celular: 98139-9744, RG: 3918658 SSDS/PB e CPF: 093.476.494-81, a fim de noticiar o seguinte:

Que segundo o declarante no dia 18/08/2016 por volta das 16h00min estava conduzindo a motocicleta Honda/biz 125 ES, ano 2014/2015 de cor preta, placa QFC8710 - NOVO/PB, chassi: 9C2JC4820FR511549, Renavam:01022927776, em nome de GERLANDIA PEREIRA GUEDES de RG: 3.909.906, CPF:101.046.424-83, com a mesma sendo garupa, quando estava vindo de Patos-PB nas imediações de Santa Gertrudes a Malta quando o pneu dianteiro da moto furou e perdeu o controle da mesma ocasionando uma queda onde os dois foram arrastados por alguns metros no asfalto onde ambos sofreram várias escoriações. Os dois foram socorridos por um amigo de sua cidade, conhecido por Iorra e levados para Condado - PB. Após chegarem constataram que Gerlândia Pereira Guedes estava sentindo muitas dores e inchaço na perna quando decidiram leva-la ao Hospital Regional de Patos - PB onde a mesma foi atendida juntamente com Geraldo Francisco Sales Junior, após o atendimento os dois retornaram a Condado-PB.

Nada mais havendo a constar encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal, referente ao Registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

Notificante: Geraldo Francisco Sales Junior

Condado/PB, 25 de Agosto de 2016.

Marcelo Gustavo da S. Diniz
Escrivão Ad-hoc de Polícia Civil
Mat. 182.505-4



SUS **JP** **ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE**
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2605473 CNPJ: 08.778.268.0023/76
NOME: HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
ENDEREÇO: RUA HORACIO NOBREGA, S/N
CIDADE: PATOS ESTADO: PARAIBA UF: 25

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR
Mãe: MARIA LEANNIA DOS SANTOS SALES
Nascimento: 16/11/1996 Idade: 20 Cor: BRANCA Sexo: F
Profissão: ESTUDANTE
Endereço: JOSE MACHADO DE OLIVEIRA Num.: 15
Bairro: CENTRO Fone: (83)98841-5195
Cidade: CONDADO - PB - 58714-000 - 2504504
CNS: 706-3027-7883-4576 Identidade: 3918658 SSP=PB
CPF: Reg. Nasc.:
Data / Hora: 18/8/2016 17:32:49 Recepcionista: ORNEIDE
Ficha Número: 160072 78487

PESO: PA: TEMP.:
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)
Lesão difusa de abdômen do tipo contuso com mobilidade dos abdômen e fígado.
EF: NEG, AIT

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS E MEDICAMENTOS E OUTROS
Plataforma IV e curativo na mão e tornozelo.
Exatografia de base distal para dente.

CARÁTER DO ATENDIMENTO
☒ 01 - ELETIVO
☒ 02 - URGÊNCIA
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
☐ 05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição

DIAGNÓSTICO
Plataforma

CID-10

MEDICAÇÃO
☐ 1. PRESCRITA
☐ 2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO
☐ OBSERVAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL
☐ RESIDÊNCIA
☐ ÓBITO
☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1 -																			
2 -																			
3 -																			

Ass. dos Profissionais Assistentes - carimbos

Assinatura
Dr. João Nogueira
Medico / Crm / Cns
CRM 15512-PA
ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL
Amanda Maria dos S. Sales
Polagar Direito
ASS. REVISOR TÉCNICO - carimbo
ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo



0004



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Hospital Regional "DEP. JANDUHY CARNEIRO"
PATOS - PARAÍBA

SOLICITAÇÃO DE EXAMES

NOME: <i>Operaldo Travenço Sales</i>	DATA NASC.: <i>1 / 1</i>	RG:
ENDEREÇO:	BAIRRO:	
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	NOME DA MÃE:	

EXAME(S) SOLICITADO(S)	CÓDIGO	EXAME(S) SOLICITADO(S)	CÓDIGO
<i>Radiografia de</i>			
<i>Tórax - Anterior</i>			
<i>total</i>			

PROFIS. SOLICITANTE: <i>Bruno Nobre e Farias</i> CRM-PE 10542	UNID. SOLICITANTE: CNES:	Nº CARTÃO SUS
DATA: <i>18 / 08 / 16</i>	AUTORIZAÇÃO DATA: <i>1 / 1</i>	

REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO:	UNID. PRESTADORA	CÓDIGO:										
DATA: <i>1 / 1</i>	HORA: <i>1</i>	ENDEREÇO:										
MÉDICO:	SENHA DA CENTRAL DE MARCAÇÃO: <table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>											

ASSINATURA E CARIMBO DO PRESTADOR	ASSINATURA DO USUÁRIO	POLEGAR DIREITO (ANALFABETO)
-----------------------------------	-----------------------	------------------------------



0004

 ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Hospital Regional "DEP. JANDUHY CARNEIRO" PATOS - PARAÍBA		SOLICITAÇÃO DE EXAMES	
NOME: <i>Geraldo Travenço Sales</i>		DATA NASC.: <i>1 / 1</i>	RG:
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:		NOME DA MÃE:	
EXAME(S) SOLICITADO(S) <i>Radiografia de</i> <i>Torax - Anterior</i> <i>total</i>	CÓDIGO	EXAME(S) SOLICITADO(S)	CÓDIGO
PROFIS. SOLICITANTE: <i>Bruno Nobre e Farias</i> CRM/PE 10542		UNID. SOLICITANTE:	Nº CARTÃO SUS
DATA: <i>18 / 08 / 16</i>	CNES:	AUTORIZAÇÃO DATA: <i>1 / 1</i>	
REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO:		UNID. PRESTADORA:	CÓDIGO:
DATA: <i>1 / 1</i>	HORA:	ENDEREÇO:	
MÉDICO:	SENHA DA CENTRAL DE MARCAÇÃO: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/>		
ASSINATURA E CARIMBO DO PRESTADOR		ASSINATURA DO USUÁRIO	
POLEGAR DIREITO (ANALFABETO)			





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: <u>Geraldo Grawny Sales Junior</u>	
DA CLÍNICA <u>Ortopedia</u>	ENFERMARIA <input type="text"/>
A CLÍNICA <u>Ortopedia</u>	LEITO <input type="text"/>
MOTIVO DA CONSULTA: <u>Doença do pulgar</u> <u>referido do membro inferior direito.</u> <u>18/08/2016</u>	
(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE <u>Bruno Nobre Parias</u> CRM-DE 10542
PARECER: <u>18/08/2016</u> <u>ORTOPEDIA</u> <u>Paciente com dor no</u> <u>coxa direita.</u>	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA <u>Dr. Leonardo Monteiro</u> Ortopedia e Traumatologia CRM 6010 - TEOT 12.061







GOVERNO
DA PARAÍBA

GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO

NOME: GERALDO FRANCISCO SALES
MEDICO (A) SOLICITANTE: DR. BRUNO NOBRE
DATA: 18/8/2016 18:17:35
AREA VERDE


ULTRASSONOGRAFIA DO ABDOME TOTAL (FAST)
RELATÓRIO

O exame sonográfico do abdome total, realizado com transdutor de alta resolução (5,0 MHz), de frequência variável e foco dinâmico, mostrou:

- Ausência de alterações sonográficas na cavidade peritoneal.
- Não foi evidenciado líquido livre na cavidade abdominal.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

O estudo ultrassonografico do abdome total (FAST) não evidenciou anormalidades.


Dr. Saulo de Tarso de Sá Pereira
Médico Radiologista.
CRM-1585







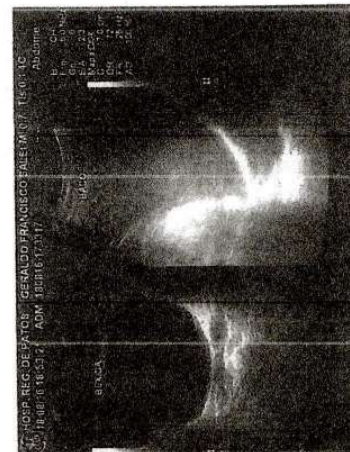
ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Hospital Regional "DEP. JANDUHY CARNEIRO"
PATOS - PARAÍBA

SOLICITAÇÃO DE EXAMES

NOME: <i>Emmanoel Francisco Sales Junior</i>		DATA NASC.: <i>1 / 1</i>	RG:
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: <i>Poltrona</i>		NOME DA MÃE:	
EXAME(S) SOLICITADO(S):	CÓDIGO	EXAME(S) SOLICITADO(S)	CÓDIGO
<i>Rx de tórax</i>			
<i>direita</i>			
PROFIS. SOLICITANTE: <i>Bruno Nobre e Farias</i> CRM-PB 10542		UNID. SOLICITANTE:	Nº CARTÃO SUS
DATA: <i>18 / 08 / 16</i>		CNES:	
AUTORIZAÇÃO DATA: <i>1 / 1</i>			
REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO:		UNID. PRESTADORA	CÓDIGO:
DATA: <i>1 / 1</i>		HORA:	ENDEREÇO:
MÉDICO:		SENHA DA CENTRAL DE MARCAÇÃO: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/>	
ASSINATURA E CARIMBO DO PRESTADOR		ASSINATURA DO USUÁRIO	
		POLEGAR DIREITO (ANALFABETO)	











Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Malta

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800137-21.2017.8.15.0531

DESPACHO

1. Anecessidade de prévio requerimento administrativo é condição para o acesso ao Poder Judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT.

2. No caso, a parte autora argumenta ter protocolado o pedido administrativo (sinistro nº **3160644216**), aduzindo, porém, que "*Seguradora Singular alegou que havia pendências documentais que deveriam ser sanadas, quais sejam: procuração e declaração do proprietário. A procuração se encontra em anexo, mas a declaração do proprietário não, pois não é possível fazer uma declaração do proprietário do veículo, uma vez que não se sabe o paradeiro do mesmo*".

3. O documento juntado ao evento ID8535359informa que, no dia 03/11/2016, havia pendência de entrega de documentação necessária à análise do pedido.

4. Em consulta ao sítio eletrônico da seguradora líder, este magistrado constatou que, na data de hoje, há a seguinte informação vinculada ao mencionado número de sinistro: "pedido de indenização cancelado".

5. Ora, aparte autora ajuizou a presente ação contra a parte révisando à obtenção de provimento jurisdicional que lhe conceda aindenização securitária. Oprovimento almejadoé adequado e útil, entretanto, não se revela até o momento necessário, uma vez que a parte autora não demonstroutr providenciado sua documentação nem a existência de negativa por parte da ré.

6. É cediço que o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos Recursos Extraordinários nº 839.314 e 824.704 passou a entender que, não obstante o princípio da inafastabilidade da jurisdição, em casos de cobrança de seguro DPVAT, é imprescindível o prévio requerimento administrativo e, por consequência, **a recusa da seguradora, para que se configure o interesse de agir, o que, frise-se, não se confunde com esgotamento das vias administrativas.**

7. Nesse sentido, deve a parteautora comprovar pretensão resistida indicando o motivo do cancelamento do pedido administrativo o que, em tese, não se confunde com indeferimento, este sim é a condição para o acesso ao Judiciário neste caso.

8. Para tanto, **intime-se a parte autora**, por intermédio do seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial nos termos indicados acima, sob pena de indeferimento da peça vestibular e extinção do feito sem exame do mérito.



Cumpra-se.

Malta-PB, 20 de julho de 2017.

Natan Figueredo Oliveira

Juiz Substituto



Pelo presentem fica Vossa Senhoria devidamente intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial nos termos indicados acima, sob pena de indeferimento da peça vestibular e extinção do feito sem exame do mérito.

Malta, 17/01/2018.

Leonardo Almeida (analista judiciário - mat. 477.050-1)



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MALTA, PARAÍBA.

Processo nº 0800137-21.2017.815.0531

GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR, já qualificado nos autos do presente processo que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, por meio do seu bastante advogado **EXPOR e REQUERER** o que segue.

MM. juiz, a autora apenas possui acesso ao estado do requerimento administrativo através da consulta já juntada nos autos, que é realizada diretamente no sistema e na qual consta apenas a situação do requerimento administrativo no momento da consulta, como é possível observar do comprovante de requerimento administrativo juntado com a inicial (ID 8536336). Isto se dá em todas as solicitações realizadas diretamente junto à seguradora líder.

No entanto, **O DOCUMENTO JUNTADO JÁ COMPROVA A SOLICITAÇÃO ADMINISTRATIVA.**

Ocorre que, Vossa Excelência, a Seguradora alegou pendências documentais que a parte autora não poderia cumprir, tais como, a procuração e a declaração do proprietário. Importante salientar que, a procuração do proprietário se encontrava em anexo, mas não foi possível fazer a declaração, uma vez, que não foi possível localizar aonde o mesmo se encontrava.

Outrossim, cumpre salientar que, a Lei do Seguro DPVAT não obriga o acidentado, nem sua família (em caso de óbito), a comprovar o pleito administrativo anterior ao ajuizamento da ação de cobrança, mas tão somente lhe exige: comprovação das despesas médico-hospitalares quando requeridas (§2º do art. 3º); certidão de óbito (...) no caso de morte (alínea "a" do §1º do art. 5º) e laudo das lesões permanentes, totais ou parciais pelo IML (§5º do art. 5º). **Isso ocorre pelo fato que, o pedido administrativo não garante a satisfação do direito do acidentado, bem como, não impede de buscar eventual complementação do valor justo.**

O acesso ao Judiciário independe de requerimento prévio junto à Seguradora, baseado no preceito contido no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que estabelece que qualquer indivíduo pode acionar o Poder Judiciário sempre que houver violação a direito, mediante lesão ou ameaça. A imposição de prévio requerimento administrativo caracteriza ofensa ao princípio do livre acesso ao Poder Judiciário.

Inclusive, ainda que não houvesse o prévio requerimento administrativo, isso não seria obstáculo para ingressar com a presente demanda, conforme posicionamento dos Tribunais Pátrios, senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. O acesso ao



Poder Judiciário não pode ser condicionado à prévia solicitação administrativa de pagamento da indenização securitária, sob pena de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. Precedentes desta Câmara. RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70064284797, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 13/04/2015). (grifo nosso)

DPVAT - AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO - IRRELEVÂNCIA. Nosso ordenamento jurídico não impede que alguém busque sua pretensão pela via judicial, sem tê-la feito, anteriormente, pela via administrativa. O interesse de agir é caracterizado pela necessidade de a parte ter que se valer do Poder Judiciário para a solução de uma pretensão que sofre resistência por aquele contra quem contrapõe seu **pedido**. (grifamos)

DPVAT - AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO - IRRELEVÂNCIA - GRAU DE INVALIDEZ - TABELAMENTO - INAPLICABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Nosso ordenamento jurídico não impede que alguém busque sua pretensão pela via judicial, sem tê-la feito, anteriormente, pela via administrativa. Em caso de invalidez permanente, decorrente de sinistro ocorrido a partir de 29 de dezembro de 2006 (data da Medida Provisória nº 340, de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.482, de 2007), a indenização referente ao seguro obrigatório deve perfazer o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/1974. Não há de se falar em alteração do valor da indenização conforme o grau da invalidez, pois, a tabela que prevê tal possibilidade foi anexada pela Lei 11.495/2009 e produz efeitos somente para acidentes ocorridos após 16 de dezembro de 2008. Os honorários advocatícios devem ser fixados em observância ao art. 20 do Código de Processo Civil. (grifo nosso)

Dessa forma, temos que é *dispensável o prévio requerimento administrativo* por meio do protocolo de requerimento pleiteando a indenização securitária para a propositura de ação judicial.

Inclusive, ressalte-se que todo o requerimento administrativo fica de posse da Seguradora, não tendo acesso o AUTOR. Demais informações podem ser prestadas pela própria requerida, através de intimação para realizar juntada do processo administrativo se assim V. Exma. entender pela necessidade.

Dessa forma, **pugna** a autora pelo regular prosseguimento do feito e que seja a presente ação julgada procedente nos termos da inicial.

Termos em que, pede deferimento.

Pombal, Paraíba, 15 de fevereiro de 2018.

Dr. **Jaques Ramos Wanderley**
OAB/PB 11.984

Dr.^a **Mayara Queiroga Wanderley**
OAB/PB 18.791





PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MALTA
VARA ÚNICA

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800137-21.2017.8.15.0531

[SEGURO]

AUTOR: GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Considerando que a parte promovente manifestou o desejo da não realização da audiência de conciliação, bem como que é cediço que casos envolvendo a questão do seguro obrigatório DPVAT não há por parte das seguradoras consorciadas interesse em audiência de conciliação, dispense a sua realização.

Cite-se a promovida para querendo contestar a ação no prazo de 15 dias úteis.

Oficie-se à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT¹ solicitando informações acerca do eventual pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT em razão do sinistro relatado neste feito e, em caso positivo, quem foi o beneficiário, remetendo cópia do procedimento administrativo caso exista, no prazo de 10 dias.

Certifique se há processo contendo a mesma causa de pedir (mesmo acidente) e com o mesmo pedido em trâmite ou arquivado.

Malta-PB, (data da publicação nos autos)

Assinatura Eletrônica

Luzivando Pessoa Pinto

JUIZ DE DIREITO

¹ Endereço: Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ. CEP 20031-205. Tel: (21) 3861-4600. Sítio na internet: [www.seguradoralider.com.br](http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031815231110100000019304188).



5ª Vara Mista de Patos

AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0800137-21.2017.8.15.0531

PROMOVENTE: AUTOR: JAQUES RAMOS WANDERLEY(032.976.134-08); GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR(093.476.494-81); MAYARA MONIQUE PEREIRA QUEIROGA(059.842.774-09);
PROMOVIDO: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **bem como em cumprimento ao disposto no art 4º, das Resoluções 20/2019 e 26/2019 Presidência-TJPB, que trata da desinstalação/agregação da Comarcas de Malta/São Mamede, COMUNICO** que, os presentes autos foram redistribuídos para esta 5ª Vara da Comarca de Patos/PB, onde tramitará a partir de então. Serve o presente ato, como intimação e ciência das partes, para, no prazo de 05 dias, requererem o que de direito.

Patos, 21 de outubro de 2019

LUCIVANIA ALMEIDA FORMIGA DE LUCENA

Técnico(a) Judiciário(a)



5ª Vara Mista de Patos

AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0800137-21.2017.8.15.0531

PROMOVENTE: AUTOR: JAQUES RAMOS WANDERLEY(032.976.134-08); GERALDO FRANCISCO SALES JUNIOR(093.476.494-81); MAYARA MONIQUE PEREIRA QUEIROGA(059.842.774-09);
PROMOVIDO: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **bem como em cumprimento ao disposto no art 4º, das Resoluções 20/2019 e 26/2019 Presidência-TJPB, que trata da desinstalação/agregação da Comarcas de Malta/São Mamede, COMUNICO** que, os presentes autos foram redistribuídos para esta 5ª Vara da Comarca de Patos/PB, onde tramitará a partir de então. Serve o presente ato, como intimação e ciência das partes, para, no prazo de 05 dias, requererem o que de direito.

Patos, 21 de outubro de 2019

LUCIVANIA ALMEIDA FORMIGA DE LUCENA

Técnico(a) Judiciário(a)

